

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após um período desafiador para o sistema elétrico no Brasil, o ano de 2016 foi marcado pelo início da retomada do setor, sobretudo devido à melhoria da situação hidrológica no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A negociação com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de um novo modelo de gestão de riscos para as usinas geradoras de energia também garantiu o retorno do equilíbrio ao mercado, destruindo as negociações de compra e venda de energia que ficaram amontoadas em 2015. Por outro lado, a crise hídrica que se mantém em cidades do Nordeste ainda é um desafio para o segmento. É nesse contexto que a Investco se insere como uma empresa de referência para a geração hidrelétrica no País. Ao longo de 2016, atuamos fortemente para desenvolver o nosso foco estratégico na valorização do capital humano e respeito à vida, intensificando ações e promovendo a gestão da segurança de nossos colaboradores. Agradecemos a todos os que compõem o quadro da Companhia, e também aos nossos parceiros, clientes e acionistas, pela confiança em nosso trabalho. Para 2017, reforçamos nosso compromisso com a execução das obras segundo o cronograma, a ética, a competitividade, a segurança e a excelência na execução do trabalho realizado.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2016, a energia gerada foi de 2.944,1 GWh, 23,5% inferior aos 3.847,2 GWh gerados em 2015 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 93,2%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade média de 94,5% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índice superiores ao registrado no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| INVESTCO | | | |
|--|-----------------|-----------------|---------------|
| | 2016 | 2015 | % |
| Demonstrativo de Resultados | | | |
| Receita operacional líquida | 278.750 | 215.448 | 29,4% |
| Gastos não gerenciais | (1.445) | (2.157) | -33,0% |
| Energia elétrica comprada para revenda | 59 | (727) | -107,8% |
| Encargos de uso da rede elétrica | (1.504) | (1.400) | 7,4% |
| Margem Bruta | 277.305 | 213.291 | 30,0% |
| Gastos gerenciais | (73.823) | (80.750) | -8,6% |
| Total do PMSO | (29.738) | (42.914) | -30,7% |
| Pessoal | (13.175) | (11.059) | 18,6% |
| Materiais | (1.099) | (1.089) | 0,9% |
| Serviços de terceiros | (13.850) | (15.833) | -13,8% |
| Arrendamentos e aluguéis | (396) | (415) | -4,6% |
| Provisões e contingências | 86 | (289) | -122,8% |
| Outros gastos gerenciais | (1.483) | (14.139) | -89,6% |
| Ganhos e perdas na desat. e alienação de bens | 80 | (12.248) | -100,7% |
| Outras | (1.563) | (1.951) | -19,9% |
| Depreciação e amortização | (44.085) | (37.836) | 16,5% |
| Depreciação | 41.947 | 38.465 | 15,0% |
| Amortização | 2.138 | 1.371 | 55,9% |
| Resultado do serviço (EBIT) | 203.482 | 132.541 | 53,5% |
| EBITDA | 247.567 | 170.377 | 45,3% |
| Margem EBITDA | 88,8% | 79,1% | 12,3% |
| Resultado financeiro líquido | (99.868) | (43.844) | 36,5% |
| Receitas financeiras | 8.024 | 8.304 | 2,6% |
| Despesas financeiras | (68.472) | (52.228) | 31,1% |
| LAIR | 143.814 | 88.697 | 61,9% |
| IR e Contribuição social | (26.667) | (19.158) | 39,2% |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (29.950) | (20.657) | 40,7% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 2.952 | 1.499 | 49,5% |
| Lucro líquido | 116.947 | 69.539 | 68,2% |

A Investco registrou receita operacional líquida de R\$ 278,8 milhões em 2016, aumento de 29,4% frente ao realizado em 2015. Este aumento é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o Cálculo de Arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais. Os gastos não gerenciais totalizaram R\$ 1,4 milhões, queda de 33,0% em relação ao ano de 2015, resultante principalmente do menor impacto de GSF entre os períodos comparados, sendo o GSF médio de 2016 de 86,8% ao PLD Médio Submercado SECO de R\$ 93,9/MMW, comparado à 2015 (GSF médio de 84,7% e PLD Médio Submercado SECO de R\$ 288,1/MMWh).

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

| | 2016 (R\$ mil) | | | 2015 (R\$ mil) | | |
|---|--------------------------|--|-----------------------------|--------------------------|--|-----------------------------|
| | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL |
| 1 - Base de Cálculo | | | | | | |
| Receita líquida (RL) | 278.750 | | | 215.448 | | |
| Resultado operacional (RO) | 203.482 | | | 132.541 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 10.824 | | | 9.184 | | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | | | | | | |
| Alimentação | 872 | 8,06% | 0,31% | 750 | 8,17% | 0,35% |
| Encargos sociais compulsórios | 2.587 | 23,90% | 0,93% | 2.113 | 23,01% | 0,98% |
| Previdência privada | 295 | 2,72% | 0,11% | 243 | 2,65% | 0,11% |
| Saúde | 533 | 4,92% | 0,19% | 524 | 5,70% | 0,24% |
| Segurança e saúde no trabalho | 53 | 0,49% | 0,02% | 39 | 0,42% | 0,02% |
| Educação | 21 | 0,20% | 0,01% | 35 | 0,38% | 0,02% |
| Cultura | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 71 | 0,66% | 0,03% | 60 | 0,66% | 0,03% |
| Creches ou auxílio-creche | 39 | 0,36% | 0,01% | 26 | 0,29% | 0,01% |
| Participação nos lucros ou resultados | 1.218 | 11,28% | 0,44% | 818 | 8,91% | 0,38% |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 51 | 0,47% | 0,02% | 44 | 0,48% | 0,02% |
| Total - Indicadores sociais internos | 5.742 | 53,05% | 2,06% | 4.652 | 50,65% | 2,16% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | | | | | | |
| Educação | 15 | 0,01% | 0,01% | 14 | 0,01% | 0,01% |
| Cultura | 764 | 0,38% | 0,27% | 95 | 0,07% | 0,04% |
| Saúde e saneamento | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| EspORTE | 147 | 0,07% | 0,05% | 169 | 0,13% | 0,08% |
| Combate à fome e segurança alimentar | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Outros | - | 0,00% | 0,00% | 39 | 0,03% | 0,02% |
| Total das contribuições para a sociedade | 926 | 0,45% | 0,33% | 316 | 0,24% | 0,15% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Total - Indicadores sociais externos | 926 | 0,45% | 0,33% | 316 | 0,24% | 0,15% |
| 4 - Indicadores Ambientais | | | | | | |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 6.945 | 3,41% | 2,49% | 6.070 | 4,58% | 2,82% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Total dos investimentos em meio ambiente* | 6.945 | 3,41% | 2,49% | 6.070 | 4,58% | 2,82% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa | | (x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100% | | | (x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100% | |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | | | | | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 72 | | | 69 | | |
| Nº de admissões durante o período | 4 | | | 1 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 74 | | | 71 | | |
| Nº de estagiários(as) | 1 | | | 1 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | ND | | | ND | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 18 | | | 17 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 0% | | | 0% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 4 | | | 4 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 0% | | | 0% | | |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais | 0 | | | 0 | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | | | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 0,09 | | | ND | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 0 | | | 0 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção | (x) direção e gerências | () todos empregados | () direção | (x) direção e gerências | () todos empregados |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (x) direção e gerências | () todos empregados | () todos + Cipa | (x) direção e gerências | () todos + Cipa | () todos + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolve | (x) segue as normas da OIT | (x) incentiva e segue a OIT | () não se envolve | (x) segue as normas da OIT | (x) incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos empregados | () direção | () direção e gerências | (x) todos empregados |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos empregados | () direção | () direção e gerências | (x) todos empregados |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | () são superiores | (x) são exigidos | () não são considerados | () são superiores | (x) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve | () aplica | (x) organiza e incentiva | () não se envolve | () aplica | (x) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no Procon, na Justiça) | na empresa: | no Procon: | na Justiça: | na empresa: | no Procon: | na Justiça: |
| | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa: | no Procon: | na Justiça: | na empresa: | no Procon: | na Justiça: |
| | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | | 255.353 | | | 174.790 | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | | governo: 22,3% acionistas: 19,0% colaboradores: 4,9% médios: 26,8% terceiros: 27,0% | | | governo: 24,3% acionistas: 20,0% colaboradores: 5,0% médios: 19,7% terceiros: 30,1% | |
| 7 - Outras Informações | | | | | | |
| N/A - Não Aplicável. | | | | | | |
| *Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção | | | | | | |

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

| (Em milhares de reais) | | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 | | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------------------------|--|------|------------------|------------------|---|------|------------|------------------|
| ATIVO | | | | | PASSIVO | | | |
| Circulante | | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 4 | 25.712 | 49.663 | Fornecedores | | 14 | 2.218 |
| Concessionárias | | 5 | 924 | 1.200 | Impostos e contribuições sociais | | 7 | 12.171 |
| Frendas a receber | | 6 | 25.065 | 19.215 | Dividendos | | 15 | 43.920 |
| Impostos e contribuições sociais | | 7 | 7.717 | 7.991 | Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | | 16 | 11.985 |
| Prêmio de risco - GSF | | 10 | 48 | 48 | Benefícios pós-emprego | | 17 | 57 |
| Outros créditos | | 11 | 5.413 | 5.115 | Uso do bem público | | 18 | 4.584 |
| Total do Ativo Circulante | | | 64.879 | 83.232 | Provisões | | 19 | 10.354 |
| Não circulante | | | | | Outras contas a pagar | | 11 | 2.866 |
| Débitos vinculados | | 19 | 852 | 550 | Total do Passivo Circulante | | | 87.955 |
| Prêmio de risco - GSF | | 10 | 539 | 102 | Não circulante | | | |
| Outros créditos | | 11 | 182 | 551 | Tributos diferidos | | 8 | 9.151 |
| | | | 1.373 | 1.203 | Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | | 17 | 82.957 |
| Imobilizado | | 12 | 1.166.383 | 1.201.996 | Benefícios pós-emprego | | 16 | 642 |
| Intangível | | 13 | 17.260 | 14.177 | Uso do bem público | | 18 | 45.176 |
| | | | 1.183.643 | 1.216.173 | Provisões | | 19 | 15.678 |
| Total do Ativo Não circulante | | | 1.185.016 | 1.217.376 | Outras contas a pagar | | 11 | 48 |
| | | | | | Total do Passivo Não circulante | | | 153.651 |
| | | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | | Capital social | | 20,1 | 804.459 |
| | | | | | Reservas de capital | | 20,3 | 14.473 |
| | | | | | Reservas de lucros | | 20,3 | 189.026 |
| | | | | | Outros resultados abrangentes | | 20,4 | 331 |
| | | | | | Total do Patrimônio líquido | | | 1.008.289 |
| | | | | | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | 1.249.895 |
| TOTAL DO ATIVO | | | 1.249.895 | 1.300.608 | | | | 1.300.608 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais, exceto quando indicado) | | Nota | 2016 | 2015 |
|---|--|------|-----------------|-----------------|
| Receitas | | 21 | 278.750 | 215.448 |
| Custo da produção e do serviço de energia elétrica | | 22 | | |
| Custo do serviço de energia elétrica | | | (1.445) | (2.157) |
| Custo de operação | | | (58.773) | (53.600) |
| | | | (60.218) | (55.757) |
| Lucro bruto | | | 218.532 | 159.691 |
| Despesas e Receitas operacionais | | 22 | | |
| Despesa geral e administrativas | | | (14.063) | (14.220) |
| Depreciações e amortizações | | | (1.109) | (930) |
| Outras despesas e receitas operacionais | | | 122 | (12.537) |
| | | | (15.050) | (27.150) |
| Resultado antes de resultado financeiro e tributos | | | 203.482 | 132.541 |
| Resultado financeiro | | 23 | | |
| Receitas financeiras | | | 8.604 | 8.384 |
| Despesas financeiras | | | (68.472) | (52.228) |
| | | | (59.868) | (43.844) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | | 143.614 | 88.697 |
| Tributos sobre o lucro | | 24 | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | | (29.060) | (20.657) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | (2.983) | 1.499 |
| | | | (26.043) | (18.158) |
| Resultado líquido do exercício | | | 116.947 | 69.539 |
| Resultado por ação atribuível aos acionistas | | | | |
| Resultado básico diluído por ação (realizações) | | 25 | 0,21616 | 0,12598 |
| DN | | | 0,01223 | 0,01223 |
| PNR | | | 0,21616 | 0,12599 |
| PNA | | | 0,03669 | 0,03669 |
| PNB | | | 0,21616 | 0,12597 |
| PNC | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | | 2016 | 2015 |
|--|--|----------------|---------------|
| Resultado líquido do exercício | | 116.947 | 69.539 |
| Outros resultados abrangentes | | | |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego | | (38) | 203 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 13 | (69) |
| Resultado abrangente do exercício | | 116.922 | 69.673 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | | 2016 | 2015 |
|---|--|-----------------|-----------------|
| Geração do valor adicionado | | 319.462 | 251.298 |
| Receita operacional | | 307.446 | 237.743 |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | | 11.804 | 13.350 |
| Outras receitas | | 212 | 212 |
| (1) Insumos adquiridos de terceiros | | (28.956) | (47.212) |
| Custos da energia comprada | | 56 | (825) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (1.658) | (1.543) |
| Materiais | | (4.800) | (5.568) |
| Serviços de terceiros | | (20.819) | (17.936) |
| Outros custos operacionais | | (1.735) | (21.340) |
| Valor adicionado bruto | | 290.506 | 204.086 |
| Retenções | | | |
| Depreciações e amortizações | | (44.176) | (37.906) |
| Valor adicionado líquido produzido | | 246.330 | 166.180 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receitas financeiras | | 9.023 | 8.610 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 255.353 | 174.790 |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Pessoal | | | |
| Remuneração direta | | 10.021 | 8.103 |
| Benefícios | | 1.933 | 1.559 |
| FGTS | | 624 | 473 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 56.446 | 42.024 |
| Estaduais | | 98 | 438 |
| Municipais | | 98 | |
| Remuneração de capitais de terceiros | | 68.472 | 52.228 |
| Juros | | 406 | 426 |
| Alugueis | | | |
| Remuneração de capital próprio | | 48.434 | 35.018 |
| Juros sobre capital próprio | | 168.840 | 140.269 |
| Lucros retidos | | 69.513 | 34.521 |
| | | 255.353 | 174.790 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investo S.A. (Companhia ou Investo), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que foram estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CED Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final desse contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização de energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração (Aproximadamente Hidrelétrico, valores anuais em parcela), o montante distribuído a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.759 (R\$48.113 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 18). A falta de pagamento de seis parcelas mensais sucessivamente implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.838/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | | 2016 | 2015 |
|--|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 143.614 | 88.697 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | | |
| Depreciações e amortizações | | 44.085 | 37.836 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | | 158 | 12.552 |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos | | 52.144 | 34.345 |
| Uso do bem público - atualização monetária e AVP | | 6.051 | 7.104 |
| Provisão para plano de benefícios pós-emprego | | (101) | 117 |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | | 1.737 | 1.963 |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP | | 1.448 | 1.880 |
| Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos | | 6.847 | 6.576 |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária | | (601) | (107) |
| Amortização do prêmio de risco - GSF | | 48 | 87 |
| Outros | | (7) | 22 |
| | | 255.423 | 191.612 |
| (Aumento) diminuição de ativos operacionais | | | |
| Concessionárias | | 276 | (582) |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | | (2.693) | (2.534) |
| Cauções e depósitos vinculados | | (102) | (67) |
| Prêmio de risco - GSF | | (465) | (237) |
| Frendas a receber | | (5.930) | (790) |
| Outros ativos operacionais | | 71 | (1.241) |
| | | (8.783) | (5.451) |
| Aumento (diminuição) de passivos operacionais | | | |
| Fornecedores | | (2.544) | (596) |
| Outros tributos e contribuições sociais | | (918) | 1 |
| Benefícios pós-emprego | | 218 | 1 |
| Provisões | | (5.384) | (4.633) |
| Uso do bem público | | (4.405) | (4.001) |
| Outros passivos operacionais | | 5 | (947) |
| | | (12.028) | (15.223) |
| Caixa proveniente das atividades operacionais | | 233.612 | 170.938 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (30.681) | (23.946) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 202.931 | 146.992 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Adições ao imobilizado e intangível | | (6.641) | (6.099) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (6.641) | (6.099) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | | (168.989) | (132.003) |
| Pagamentos de encargos de dívidas | | (51.252) | (40.273) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | (220.241) | (172.276) |
| Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 25.712 | 49.663 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 49.663 | 81.100 |
| | | (23.951) | (31.383) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| (Em milhares de reais) | | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|--|--|----------------|---------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | 804.459 | 14.473 | 321.434 | 222 | - | 1.140.588 |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2015 | | (34.853) | - | - | - | (34.853) | (34.853) |
| Distribuição de lucros retidos - RCA de 23/11/2015 | | - | - | (61.208) | - | - | (61.208) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 69.539 | 69.539 | 69.539 |
| Destinação do lucro | | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reserva legal | | - | 3.476 | - | - | (3.476) | - |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | - | - | - | - | (35.018) | (35.018) |
| Dividendo adicional proposto | | - | - | 31.045 | - | (31.045) | - |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | 203 | 203 | 203 |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego | | - | - | - | (69) | (69) | (69) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | - | - | - | 356 | - | 356 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | | 804.459 | 14.473 | 259.794 | 356 | - | 1.079.082 |
| Capital social | | 804.459 | 14.473 | 259.794 | 356 | - | 1.079.082 |
| Reservas de capital | | 14.473 | 14.473 | 23.752 | 356 | - | (23.752) |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016 | | - | - | (23.752) | - | - | (23.752) |
| Distribuição de Reservas - RCA de 26/08/2016 | | - | - | (68.858) | - | - | (68 |

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**2.1.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam substancialmente mudados. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

**2.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em conformidade com a norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em conformidade com a norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) os requisitos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incididas, em substituição do modelo atual de perdas incipientes; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de financiamento e o reconhecimento de ativos fixos diferidos sobre perdas não realizadas.

2.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 0132015 sendo arrematada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Tessa a instalação de linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, citadas na nota 12.1.1. A Tessa será a responsável pela operação e manutenção das instalações transferidas, as quais passarão a compor a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 27 de junho de 2016 a Tessa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações e sem implantadas pela transmissora.

Em decorrência da licitação, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação destes ativos a partir da competência de junho de 2016 (Nota 12.1.1).

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento | 983 | 14.968 |
| Aplicações financeiras | 24.729 | 34.695 |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 24.729 | 34.695 |
| Total | 25.712 | 49.663 |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contaparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5 Concessionárias

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 de R\$924.381.200 em 31 de dezembro de 2015 é totalmente vincendo, e refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) Encargos de uso da rede elétrica.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PCLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos e a receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.4.

6 Rendas a receber

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Lajeado Energia | 18.297 | 14.027 |
| Paulista Lajeado Energia | 1.755 | 1.345 |
| CEB Lajeado | 5.013 | 3.843 |
| Total | 25.065 | 19.215 |

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou à demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais de usina existentes ou a serem adquiridas pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9). Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devida o IPCA realizado em 2015 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no CA para o exercício de 2016; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2016 em relação ao exercício anterior de 3,55 p.p..

7 Impostos e contribuições sociais

| | 2016 | | 2015 | | Saldo em 31/12/2015 | Saldo em 31/12/2016 | |
|---|---------------------|---------------|-----------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|
| | Saldo em 31/12/2015 | Adição | Atualização monetária | Adiantamentos/ Pagamentos | | | Compensação de tributos |
| Ativo - Compensáveis | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 5.493 | 601 | 30.034 | (4.462) | 2.450 | (28.414) | 5.702 |
| ICMS | 13 | - | - | - | - | (2) | 11 |
| PIIS e COFINS | 724 | - | (8) | - | - | (716) | - |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 2.453 | 1.952 | 17 | - | (2.450) | - | 1.972 |
| Outros | 32 | - | - | - | - | - | 32 |
| Total | 7.991 | 2.676 | 601 | 30.051 | (4.470) | (29.132) | 7.177 |
| Passivo - a recolher | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 1 | 29.006 | - | (647) | - | (28.414) | - |
| ICMS | 6 | 318 | - | (297) | - | (2) | 25 |
| PIIS e COFINS | 1.739 | 28.858 | (23.129) | (4.470) | (716) | 2.282 | 32 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | 123 | 599 | (550) | - | - | 172 | - |
| IRRF sobre juros / capital próprio | 7.1 | 6.746 | 9.380 | (6.746) | - | 9.380 | - |
| Encargos com pessoal | 18 | 365 | 101 | - | - | - | 312 |
| Outros | 326 | 4 | (430) | - | - | - | - |
| Total | 8.989 | 68.584 | (31.800) | (4.470) | (29.132) | 12.217 | |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma atividade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 IRRF sobre juros / capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15), com retenção de R\$9.380, conforme legislação, e liquidado em janeiro de 2017.

8 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futura fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1 Composição e base de cálculo

| Natureza dos créditos | Ativo Não circulante | | Passivo Não circulante | | Patrimônio líquido | |
|--|----------------------|---------------|------------------------|---------------|--------------------|--------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 2016 | 2015 |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Benefício pós-emprego | 58 | 184 | - | - | (126) | (142) |
| Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas | 1.981 | 2.229 | - | - | (248) | 515 |
| Uso do bem público - CPC 25 | 16.918 | 16.359 | 3.524 | 3.744 | 779 | 4.505 |
| Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39 8.1.1 | 29.142 | 29.558 | 50.356 | 52.683 | 1.911 | (103) |
| Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes | 171 | - | - | 184 | 342 | (327) |
| Outros | 5.645 | 4.413 | 9.186 | 7.889 | (285) | 13 |
| Total diferenças temporárias | 53.915 | 52.743 | 63.066 | 64.300 | 2.393 | 1.499 |
| Total bruto | 53.915 | 52.743 | 63.066 | 64.300 | 2.393 | 1.499 |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos | (53.915) | (52.743) | (53.915) | (52.743) | - | - |
| Total | - | - | 9.151 | 11.557 | - | - |

8.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Refere-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

8.1.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico em projeção de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | A partir de 2023 | Total Não circulante |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|------------------|----------------------|
| 6.486 | 6.486 | 6.486 | 6.486 | 5.656 | 5.051 | 13.887 | 9.258 | 53.915 |

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 15) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Concessionárias, profissionais chave de administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

| Relacionamento | Preço praticado (R\$/MWh) | Duração | 2016 | | | 2015 | | |
|--|---------------------------|---|---------------|---------------|------------|------------|----------------|----------------|
| | | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 2016 | 2015 |
| Concessionárias | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | | | | | | | | |
| EDP - Bandeirante | Controle Comum | 01/08/2002 a 15/12/2032 | 169 | 152 | - | - | 1.961 | 1.620 |
| EDP - Bandeirante | Controle Comum | 01/08/2005 a 15/12/2032 | 5 | 4 | - | - | 61 | 38 |
| Uso do sistema de transmissão | | | | | | | | |
| EDP - Bandeirante | Controle Comum | 01/08/2005 a 15/12/2032 | 17 | 16 | - | - | 206 | 178 |
| Rendas a receber (Nota 6) | | | | | | | | |
| Arrendamento UHE Lajeado | | | | | | | | |
| Lajeado | Controladora direta | | 18.297 | 14.027 | - | - | 219.570 | 152.753 |
| CEB Lajeado | Acionista não controlador | 15/01/1998 a 15/01/2033 | 5.013 | 3.843 | - | - | 60.156 | 41.420 |
| Paulista Lajeado | Acionista não controlador | | 1.755 | 1.345 | - | - | 21.055 | 14.648 |
| Total | | | 25.065 | 19.215 | - | - | 300.781 | 208.821 |
| Outros créditos | | | | | | | | |
| Devolução Prêmio de seguro | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora indireta | | | | 54 | - | 37 | 17 |
| | | | | | 54 | - | 37 | 17 |
| Outras contas a pagar | | | | | | | | |
| Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a) | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora indireta | 01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL | | | 26 | 29 | (364) | (237) |
| Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b) | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora indireta | 01/01/2015 a 31/12/2018 | | | 22 | 322 | (279) | (322) |
| | | | | | 48 | 351 | (643) | (559) |
| Total | | | 25.256 | 19.387 | 54 | 48 | 351 | 302.403 |

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que envolvem as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (timesheet).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anulados por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/12, na Consulta Pública nº 12/13 e na Audiência Pública nº 072/14, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/14, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas deram entrada, em 2 de maio de 2016, ao pedido de anulação prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderado por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os gastos da holding e da comercializadora, sendo compartilhados de forma antecipada.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.278 publicado em 23 de dezembro de 2016, anula na forma da minuta apresentada, o pleito da EDP - Energias do Brasil para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos com as partes relacionadas EDP Bandeirante, EDP Escalpa, EDP Comercializadora, Energis, Investis, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Peixe.

A partir desta anulação, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos utilizando o novo critério. Desta forma, para o encerramento destas demonstrações financeiras, permanecem válidos os atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 29 de julho de 2015, após a anulação da ANEEL conforme Despacho nº 2.420/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresa delegatária de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

O instrumento de compartilhamento de infraestrutura foi aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concessivas e os ativos recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

| | 2016 | | | | 2015 | | | |
|-------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------|----------------|
| | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Total | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Total |
| Remuneração (a) | 777.199 | 76.003 | 145.422 | 998.624 | 458.915 | 76.215 | 131.906 | 701.936 |
| Benefícios de curto prazo (b) | 6.937 | - | - | 6.937 | 14.389 | - | - | 14.389 |
| Total | 784.136 | 76.003 | 145.422 | 1.005.561 | 508.204 | 76.215 | 131.906 | 716.325 |

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1 Composição do Imobilizado

| | 31/12/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|--|--------------------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo depreciação | Valor líquido depreciação % | Valor líquido depreciação % | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo depreciação | Valor líquido depreciação % | Valor líquido depreciação % |
| Imobilizado em serviço | | | | | | | | |
| Geratório | | | | | | | | |
| Terrenos | | 114.510 | 114.510 | | 114.510 | 114.510 | | |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2,00 | 694.745 | (193.626) | 501.119 | 2,00 | 692.699 | (179.571) | 513.128 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3,24 | 333.427 | (112.037) | 221.390 | 3,06 | 332.885 | (104.445) | 228.440 |
| Máquinas e equipamentos | 4,54 | 404.717 | (152.521) | 248.196 | 5,51 | 400.921 | (144.582) | 256.339 |
| Veículos | 14,29 | 650 | (419) | 231 | 14,29 | 668 | (597) | 71 |
| Móveis e utensílios | 6,25 | 20 | (4) | 16 | 6,25 | 9 | (1) | 8 |
| Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1) | | 1.548.069 | (462.607) | 1.085.462 | | 1.541.692 | (429.376) | 1.112.316 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3,33 | 8.328 | (5.193) | 3.135 | 3,33 | 8.328 | (4.468) | 3.860 |
| Máquinas e equipamentos | 3,25 | 72.983 | (29.804) | 43.179 | 3,40 | 72.983 | (29.594) | 43.389 |
| Administração | | 81.211 | (41.997) | 39.214 | | 81.211 | (34.062) | 47.149 |
| Máquinas e equipamentos | 10,81 | 1.149 | (615) | 534 | 10,66 | 690 | (451) | 249 |
| Veículos | 14,29 | 805 | (314) | 491 | 14,29 | 339 | (243) | 96 |
| Móveis e utensílios | 6,25 | 394 | (253) | 141 | 6,25 | 396 | (296) | 100 |
| Total do Imobilizado em serviço | | 1.631.628 | (505.786) | 1.125.842 | | 1.624.318 | (464.408) | 1.159.910 |
| Geratório | | 40.410 | | 40.410 | | 40.871 | | 40.871 |
| Administração | | 131 | | 131 | | 1.215 | | 1.215 |
| Total do Imobilizado em curso | | 40.541 | | 40.541 | | 42.086 | | 42.086 |
| Total do Imobilizado | | 1.672.169 | (505.786) | 1.166.383 | | 1.666.404 | (464.408) | 1.201.996 |

12.1.1 Licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados composto o Sistema de Transmissão de Conexão, RS39.214 (R\$47.149 em 31 de dezembro de 2015) relativa à linha de transmissão LT 500 kV Miraema-Lajeado e a subestação SE 500230KV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizará Leilão de transmissão que previa a lotação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº042014 e nº 01/2015 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Conforme descrito na nota 3.1, em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL, o qual a Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual contém estes ativos, sendo que os respectivos ativos serão transferidos em favor da Taesa até 27 de dezembro de 2016.

Com base no CPC 27 - Ativo Imobilizado, devido à redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

12.2 Movimentação do imobilizado

| | Valor líquido | | Transferência para imobilizado em serviço | | Valor líquido | | |
|---|---------------|------------------|---|-------------------------------------|-----------------|---------------|------------------|
| | Nota | 31/12/2015 | Ingressos | Depreciações Baixas Reclassificação | 31/12/2016 | 31/12/2015 | |
| Imobilizado em serviço | | | | | | | |
| Terrenos | | 114.510 | | | | 114.510 | |
| Reservatórios, barragens e adutoras | | 512.948 | 2046 | (13.875) | 501.119 | 501.119 | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 232.300 | 541 | (8.206) | 224.535 | 224.535 | |
| Máquinas e equipamentos | | 299.877 | 4.584 | (19.657) | 284.804 | 284.804 | |
| Veículos | | 167 | 823 | (264) | 41 | 727 | |
| Móveis e utensílios | | 106 | 118 | (26) | 43 | 52 | |
| Total do Imobilizado em serviço | | 1.150.910 | | 8.112 | (42.028) | (158) | 6 |
| Imobilizado em curso | | | | | | | |
| Terrenos | | 2.082 | | | | 2.082 | |
| Reservatórios, barragens e adutoras | | 1.594 | 1.210 | (2.056) | | 738 | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 256 | | (5.300) | | 256 | |
| Máquinas e equipamentos | | 15.753 | 5.115 | | (1.325) | 14.243 | |
| Adiantamento a fornecedores | | 2.659 | | | | 4.191 | |
| Depósitos Judiciais | 19.1.1.1 | 14.305 | | | | 14.305 | |
| Outros | | 5.428 | | (746) | | (272) | |
| Total do Imobilizado em curso | | 42.086 | 6.641 | (8.112) | | 40.541 | |
| Total do Imobilizado | | 1.201.996 | 6.641 | (42.028) | (158) | (68) | 1.166.383 |

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 4 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, o que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do Intangível

| | 31/12/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|---|--------------------------------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | Taxas anuais médias de amortização % | Custo de amortização % | Valor líquido de amortização % | Valor líquido de amortização % | Taxas anuais médias de amortização % | Custo de amortização % | Valor líquido de amortização % | Valor líquido de amortização % |
| Intangível em serviço | | | | | | | | |
| Geratório | | | | | | | | |
| Software | 20,00 | 76 | (37) | 39 | | | | |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | 20,00 | 8.100 | (1.922) | 6.178 | 20,00 | 2.976 | (595) | 2.381 |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP | 3,22 | 20.137 | (9.772) | 10.365 | 3,22 | 20.137 | (9.124) | 11.013 |
| Sistema de transmissão de conexão | | 28.313 | (11.731) | 16.582 | | 23.113 | (9.719) | 13.394 |
| Serviço permanente (Nota 12.1.1) | 13,21 | 111 | (18) | 93 | 11,11 | 111 | (11) | 100 |
| Administração | | | | | | | | |
| Software | 20,00 | 1.671 | (1.519) | 152 | 20,00 | 1.635 | (1.409) | 226 |
| Total do Intangível em serviço | | 30.095 | (13.268) | 16.827 | | 24.659 | (11.129) | 13.531 |
| Geratório | | 28 | | 28 | | 27 | | 27 |
| Administração | | 405 | | 405 | | 419 | | 419 |
| Total do Intangível em curso | | 433 | | 433 | | 446 | | 446 |
| Total do Intangível | | 30.528 | (13.268) | 17.260 | | 25.305 | (11.128) | 14.177 |

13.2 Movimentação do Intangível

| | Valor líquido | | Transferência para Intangível em serviço | | Reclassificação | | Valor líquido | |
|---|---------------|---------------|--|----------------|-----------------|--------------|---------------|---------------|
| | Nota | 31/12/2015 | Ingressos | Amortizações | Amortizações | Amortizações | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Intangível em serviço | | | | | | | | |
| Software | | 226 | 112 | (147) | | | 191 | 191 |
| Serviço permanente | | 111 | | (26) | 8 | 93 | | 93 |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | | 2.381 | 5.124 | (1.327) | | 8 | 6.178 | 6.178 |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP | 13.2.1 | 11.013 | | (648) | | | 10.365 | 10.365 |
| Total do Intangível em serviço | | 13.731 | | 5.236 | (2.148) | 8 | 16.827 | 16.827 |
| Intangível em curso | | | | | | | | |
| Outros intangíveis em curso | 19.2 | 446 | 5.163 | (5.236) | | | 60 | 433 |
| Total do Intangível em curso | | 446 | 5.163 | (5.236) | | | 60 | 433 |
| Total do Intangível | | 14.177 | 5.163 | (2.148) | 8 | | 17.260 | 17.260 |

13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Referem-se ao direito de exploração do aproveitamento hidráulico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 19). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

14 Fornecedores

| | Circulante | |
|----------------------------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 155 | 170 |
| Operações CCEE | 290 | 290 |
| Materiais e serviços | 2.048 | 4.317 |
| Total | 32.459 | 4.782 |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarado no exercício; (iii) dividendos adicionais; quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dentro da mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 11 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício final em 31 de dezembro de 2015. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.018 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$9.982 destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de classe "A", "B" e "C"; (ii) jantabilizados no exercício de 2015 conforme RCA de 21 de dezembro de 2015; e (iii) dividendos adicionais no valor de R\$1.045, sendo R\$23.752 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.293 destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 16). Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 29 de abril de 2016.

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração - RCA, realizada em 26 de agosto de 2016, a distribuição de Reservas de Investimento no valor de R\$90.000, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção. Do referido montante, R\$88.958 foram destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$1.042 foram destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 16). Os respectivos montantes foram pagos em 31 de agosto de 2016.

Em 19 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de JSCP no montante bruto de R\$62.534, sendo R\$53.154 líquido de imposto de renda. Foram atribuíveis aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" o montante de R\$48.434 (R\$41.169 líquido de imposto de renda) e para os acionistas detentores de ações preferenciais de classes "A", "B" e "C" o montante de R\$14.100 (R\$11.965 líquido de imposto de renda) (Nota 16). A JSCP será imputável aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Na mesma reunião mencionada acima, foi aprovada a distribuição de Reservas de Investimento no valor de R\$61.000, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção. Do referido montante, R\$46.671 foram destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$14.329 foram destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 16). Os respectivos montantes foram pagos em 22 de dezembro de 2016.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

| | Dividendos Exercícios | | | | Pagamentos | | | |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------|------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------|
| | 31/12/2015 | Adicionais anteriores | JSCP Pagamentos não realizados | 31/12/2016 | 31/12/2015 | Adicionais anteriores | JSCP Pagamentos não realizados | 31/12/2016 |
| Passivo | | | | | | | | |
| Lajeado Energia | 21.729 | 17.339 | 84.337 | 30.053 | (123.405) | | 30.053 | |
| CEB Lajeado | 5.923 | 4.750 | 51.105 | 8.824 | (33.898) | | 8.824 | |
| Paulista Lajeado Energia | 2.084 | 1.663 | 8.087 | 2.882 | (11.834) | | 2.882 | |
| Acionistas não controladores (*) | 2.895 | | | | | | 58 | 27.911 |
| Total | 32.459 | 23.752 | 115.529 | 41.169 | (169.047) | | 58 | 43.820 |

(*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2016 de R\$2.751 (R\$2.693 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado a partir da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| | 31/12/2016 | | | | 31/12/2015 | | | | |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|----------------|
| | Finalidade | Encargos | | Principal | Encargos | | Principal | Total | |
| | | Forma de pagamento | Circulante | | Não circulante | Circulante | | | Não circulante |
| Moeda nacional | | | | | | | | | |
| Ações preferenciais acumuladas | Recebíveis de concessão | Circulante | 11.985 | 41.542 | 41.415 | 94.942 | 4.888 | 42.730 | 38.100 |
| Total | | | 11.985 | 41.542 | 41.415 | 94.942 | 4.888 | 42.730 | 38.100 |

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onda, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$4.942 (R\$59.318 em 31 de dezembro de 2015) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à sua características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de votar e envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

| | Valor líquido | | Juros | | Ajuste a Valor líquido | |
|-------------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|------------------------|---------------|
| | em 31/12/2015 | Pagamentos | provisões | Transfêrencias | valor presente | em 31/12/2016 |
| Circulante | | | | | | |
| Juros | 8.488 | (53.367) | 52.144 | 4.720 | | 11.985 |
| Total | 8.488 | (53.367) | 52.144 | 4.720 | | 11.985 |

| | Principal | | Juros | | Ajuste a Valor líquido | |
|-----------------------|---------------|---------------|-----------|----------------|------------------------|---------------|
| | em 31/12/2015 | Pagamentos | provisões | Transfêrencias | valor presente | em 31/12/2016 |
| Não circulante | | | | | | |
| Juros | 38.100 | 42.730 | | (4.720) | | 3.315 |
| Total | 38.100 | 42.730 | | (4.720) | | 41.415 |

Os juros provisionados de R\$52.144 estão compostos por: (i) R\$27.293 referentes aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 11 de abril de 2016 (Nota 15); (ii) R\$21.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecida pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo liquidado com desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatus a renovação da Licença de Operação - LO nº 1.1892/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

No exercício de 2016 a Companhia efetuou a revisão dos gastos com as condicionantes exigidas pela LO e constituiu um complemento da provisão no montante de R\$ 165,16 em contrapartida do Intangível.

As licenças prévias de instalação, obtidas na fase de planejamento e instalação do empreendimento, consequentemente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida por uma entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem evitar a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desdobramentos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$6.945 (R\$6.070 em 31 de dezembro de 2015). Deste montante, R\$4.784 (R\$4.244 em 31 de dezembro de 2015) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$2.161 (R\$1.826 em 31 de dezembro de 2015) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de Terceiros.

| Licenças ambientais | Saldo em 31/12/2015 | | Constituição | | Pagamentos | | Atualização monetária | | Transferências | | Ajuste a valor presente | | Saldo em 31/12/2016 | |
|---------------------|---------------------|--------------|--------------|----------------|------------|------|-----------------------|--------------|----------------|------|-------------------------|--------------|---------------------|--------|
| | 2015 | 2015 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 |
| Circulante | 10.829 | 2.021 | | (4.784) | | | 918 | 1.429 | 41 | | | | | 10.344 |
| Non circulante | 2.077 | 4.033 | | | | | 403 | | (337) | | | | 4.747 | |
| Total | 12.906 | 6.054 | | (4.784) | | | 1.221 | 1.429 | - | | | (296) | 15.101 | |

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de qualquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não têm direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto Social, o Capital social em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o Capital Social aprovado pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$804.450 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da priorização de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2016 face a 31 de dezembro de 2015. Segue a composição do Capital social:

| Em milhares de ações | 31/12/2015 | | 31/12/2016 | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Otd de ações | % Parti- ações | Otd de ações | % Parti- ações |
| Acionistas | | | | |
| CEB Lajeado S.A. | 80.440 | 20,00 | 80.440 | 20,00 |
| Paulista Lajeado Energia S.A. | 28.154 | 7,00 | 28.154 | 7,00 |
| EDP - Energias do Brasil S.A. | 293.608 | 73,00 | 186.559 | 46,84 |
| Lajeado Energia S.A. | | | 41.04 | 1,04 |
| Companhia Paranaense de Energia - COPEL | | | 6.425 | 0,82 |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | | | 1.650 | 0,21 |
| Outros | 207 | 0,05 | 1.252 | 0,32 |
| Total | 402.202 | 100,00 | 255.560 | 100,00 |

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (i) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser empilhado o valor dos juros sobre capital próprio e créditos, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

| Lucro líquido apurado no exercício | 31/12/2015 | | 31/12/2016 | |
|------------------------------------|------------|------|------------|---------|
| | 2015 | 2015 | 2016 | 2016 |
| Constituição da reserva legal - 5% | | | 16.947 | (5.847) |
| Destinação do lucro | | | 111.100 | 111.100 |
| Dividendos intermediários - JSCP | | | 48.334 | 48.334 |
| Dividendo adicional proposto | | | 62.666 | 62.666 |
| Dividendos por ação PNR - JSCP | | | 1.128 | 1.128 |
| Dividendos por ação PNR - JSCP | | | 0,01223 | 0,01223 |

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social;

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos superiores aos 3% inicialmente descritos no artigo 9º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações seja conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;

(iii) qualidade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20.3 Reservas

| Reservas de capital | Nota 31/12/2015 | | 31/12/2016 | |
|--|-----------------|--------|----------------|----------------|
| | 2015 | 2015 | 2016 | 2016 |
| Agio na emissão de ações | 20.31 | 14.473 | 14.473 | 14.473 |
| Reservas de lucros | | | | |
| Legal | | | 44.640 | 38.793 |
| Retenção de lucros | | | 20.32 | 48.066 |
| Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social) | | | 20.33 | 33.654 |
| Dividendo adicional proposto | | | 20.34 | 62.666 |
| Total | | | 189.026 | 259.794 |
| | | | 203.499 | 274.267 |

20.3.1 Agio na emissão de ações

O valor de R\$14.473, refere-se ao agio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O aumento da rubrica no montante de R\$42.764 foi em consequência do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 16.2.

20.3.3 Reserva de Investimento

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

Forma aprovadas em RCB's a distribuição da Reserva de Investimento nos montante total de R\$151.000, sendo R\$90.000 em 26 de agosto de 2016 e R\$61.000 em 19 de dezembro de 2016. Do montante total, R\$1.159.529 foram destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias, com a contrapartida registrada na rubrica de Dividendos (Nota 6), e R\$28.771 destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e Classe "C", com a contrapartida registrada na rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16.2).

20.3.4 Dividendo adicional proposto

Referem-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral por ou outro órgão competente. É constituída conforme IPCB (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$31.045, R\$23.752 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 15) e R\$7.293 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 16.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 11 de abril de 2016.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras elaboradas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | Saldo em 31/12/2015 | | Provisão IRCS | | Saldo em 31/12/2016 | |
|--|---------------------|------|---------------|------|---------------------|-------|
| | 2015 | 2015 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 539 | 45 | (83) | 13 | 501 | (170) |
| | 539 | 45 | (83) | 13 | 501 | (170) |

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios são significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na natureza assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

| Suprimento de energia elétrica | 2015 | | 2016 | |
|------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2015 | 2015 | 2016 | 2016 |
| Energia de curto prazo | 34.777 | 39.275 | 5.921 | 6.116 |
| Arrendamentos e aluguéis | 4.095 | 2.577 | 300.774 | 446.461 |
| Outras receitas operacionais | | | 300.791 | 233.580 |
| Receita operacional bruta | 38.872 | 41.852 | 307.446 | 237.743 |
| (1) Deduções à receita operacional | | | (28.696) | (22.296) |
| PIS/COFINS | | | (28.439) | (21.991) |
| PD | | | (52) | (57) |
| Outros encargos | | | (205) | (247) |
| Receitas | 38.872 | 41.852 | 278.750 | 215.448 |

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável, (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são consideradas os seguintes critérios: (i) Custo de operação: o serviço com energia elétrica, contempla os custos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades geradas atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimativa com crédito de liquidação de dívidas e provisões judiciais, reguladoras e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

| Custo de energia elétrica | 2016 | | 2015 | |
|--|--------------|---------------------------------------|---------------|---------------|
| | 2016 | 2016 | 2015 | 2015 |
| | De operação | Despesas operacionais administrativas | Outras | Total |
| Energia elétrica comprada para revenda | (59) | | (59) | 757 |
| Encargos de uso da energia elétrica | 1.504 | | 1.504 | 1.450 |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 7.719 | 5.457 | 13.176 | 11.089 |
| Material | 915 | 184 | 1.099 | 1.089 |
| Serviços de terceiros | 7.055 | 6.598 | 13.653 | (22.296) |
| Depreciação | 40.954 | 983 | 41.937 | 36.465 |
| Amortização | 2.022 | 126 | 2.148 | 1.371 |
| Provisões civis, fiscais e trabalhistas | | | (68) | 789 |
| Aluguéis e arrendamentos | | | 396 | (61) |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens (Nota 22.1) | | | (80) | (80) |
| Outros | | | 24 | 1.553 |
| Total | 1.445 | 58.773 | 15.172 | 82.907 |

22.1 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens

Em 2015, do saldo da rubrica de R\$12.248, R\$12.450 refere-se a provisão para redução ao valor recuperável do projeto da UHE - Tupiratingas.

23 Resultado financeiro

| Recetas financeiras | Nota | | 2016 | | 2015 | |
|---|------|------|--------------|--------------|------|------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Renda de aplicações financeiras e cauções | | | 8.291 | 7.907 | | |
| Juros e multa sobre impostos | 7 | | 601 | 107 | | |
| (1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras | | | (419) | (248) | | |
| Outras receitas financeiras | | | 131 | 596 | | |
| Total | | | 8.604 | 8.364 | | |

Despesas financeiras

| Despesas financeiras | Nota | | 2016 | | 2015 | |
|--|------|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Encargos de dívidas | | | 16,2 | (52.144) | (34.785) | |
| Variações monetárias moda nacional | | | | (1.208) | (1.398) | |
| Provisões e atualizações monetárias civis, fiscais, trabalhistas e outros | | | | (1.803) | (1.674) | |
| Ajustes a valor presente (UBF, Licenças ambientais e Empréstimos e financiamentos) | | | | (8.042) | (6.998) | |
| Atualização monetária sobre o bem público | | | | (5.097) | (7.188) | |
| Atualizações monetárias e juros - GSF | | | | (58) | | |
| Benefícios pós-emprego | | | | (70) | (79) | |
| Outras despesas financeiras | | | | (50) | (106) | |
| Total | | | (68.472) | (62.228) | (59.868) | (43.844) |

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

| Lucro antes do IRPJ e CSLL | IRPJ / CSLL | | 2016 | | 2015 | |
|---|-------------|------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Alíquota | | | | | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL | | | | | 34% | 34% |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | | | | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | | | | | |
| Doações | | | | | (5) | (64) |
| Perdas indutivas | | | | | | (4.232) |
| Juros sobre o capital próprio | | | | | 21.262 | 15.300 |
| Outras | | | | | (51) | (29) |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos | | | | | 932 | 24 |
| Outras | | | | | | |
| Total | | | (26.667) | (19.158) | 18,6% | 21,6% |

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuído aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício 2016, a Companhia não possui instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluído sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

| Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas das ações: | 2016 | | 2015 | |
|--|------|------|------|------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Ordinárias (ON) | 86.3 | | | |

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívidas. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por obrigações externas, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. As análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a limitação das estimativas por meio de estimativas podem resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

| Operação | Risco | Agindo | | | | | |
|---------------------------------|-------|-------------|--------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Cenário (I) | Cenário (II) | Cenário (III) | Cenário (IV) | Cenário (V) | |
| | | Até 1 ano | Provável | Aumento do risco em 25% | Aumento do risco em 50% | Redução do risco em 25% | Redução do risco em 50% |
| Aplicação financeira - CDB | CDI | 5.290 | 5.290 | 1.323 | 2.645 | (1.323) | (2.645) |
| Instrumentos financeiros ativos | CDI | 5.290 | 5.290 | 1.323 | 2.645 | (1.323) | (2.645) |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos conforme apresentado a seguir: entre 11,75% e 13,25% a.a..

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia sempre utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

| Passivos financeiros | 31/12/2016 | | | | | | |
|---|------------|----------------|---------------|----------------|---------|---------|---------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total | Total | Total |
| Fornecedores | 1.712 | 463 | 43 | | 2.218 | 4.782 | |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | | | | 48 | 48 | 351 | |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | | | 11.885 | 17.022 | 65.835 | 84.942 | 89.318 |
| Uso do bem público | 368 | 1.172 | 3.044 | 10.470 | 34.705 | 48.119 | |
| | 2.080 | 1.635 | 15.072 | 27.540 | 100.640 | 146.967 | 142.544 |

26.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em R\$23.076 (R\$11.033 positivo em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo com as resscas provenientes do contrato de arrendamento com os acionistas.

26.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador, e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desses riscos se dá pelo Mecanismo de Realização de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre os usuários participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um risco com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante em contrato no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 10).

Em relação ao risco de resscas, a seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subsistema de Risco Energético que tem como principais: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

26.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão dimensionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extras dos relatórios de risco.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que faturem possam gerar prejuízos materiais.

26.2.5 Gestão de capital

O objetivo da Administração ao administrar o capital são o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Total dos equivalentes de caixa | 94.942 | 89.318 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (25.712) | (49.665) |
| Dívidas | 69.230 | 39.653 |
| Total do Patrimônio Líquido | 1.008.289 | 1.079.082 |
| Total do capital | 1.077.519 | 1.118.737 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 6,42% | 3,54% |

27 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolvam o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolverem movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|------------|------------|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar | 41.169 | 32.459 |
| Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível | 5.183 | 7.251 |
| Total | 46.332 | 39.710 |

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

| Responsabilidades com locações operacionais | 31/12/2016 | | | | Total Geral | 31/12/2015 |
|---|------------|-------------|-------------|------------------|-------------|------------|
| | 2017 | 2018 a 2019 | 2020 a 2021 | A partir de 2022 | | |
| Obrigações de compra | | | | | 492 | 396 |
| Materiais e serviços | 25.104 | 17.890 | 3.747 | | 46.741 | 41.116 |
| Prêmio de risco - GSF | | | | 272 | 272 | 735 |
| Total | 25.329 | 18.157 | 3.747 | 272 | 47.505 | 42.247 |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

| Responsabilidades com locações operacionais | 31/12/2016 | | | | Total Geral | 31/12/2015 |
|---|------------|-------------|-------------|------------------|-------------|------------|
| | 2017 | 2018 a 2019 | 2020 a 2021 | A partir de 2022 | | |
| Obrigações de compra | 181 | 226 | | | 407 | 388 |
| Materiais e serviços | 20.180 | 15.074 | 3.469 | | 38.723 | 35.470 |
| Prêmio de risco - GSF | | | | 872 | 872 | 820 |
| Total | 20.361 | 15.300 | 3.469 | 872 | 40.002 | 36.678 |

28.2 Garantias

Tipo de garantia

| Modalidade | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------|------------|------------|
| Ával de acionista | 9.390 | 9.058 |
| Seguro de vida | 1.128 | 635 |
| Ações judiciais | 50 | 50 |
| Outros | 5.739 | |
| Total | 16.257 | 8.753 |

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | |
|--|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações | 12.002 | 200.000 | 12.002 | 200.000 |
| Usina | 1.042.261 | 1.042.265 | 1.042.265 | 1.042.265 |
| Prêmios e conteúdos (próprios e terceiros) | 1.462 | 1.462 | 1.355 | 1.355 |
| Transportes (veículos) | 1.600 | 1.600 | 1.600 | 1.600 |
| Acidentes pessoais | 9.990 | (*) | 8.069 | (*) |

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$55 e um limite máximo de R\$556. A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.990;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$80.245.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Neves
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

José Chereim Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

André Luis Nunes de Melo Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Pedro Akos Litsek
Diretor Vice-Presidente

Dione da Silva Freitas
Diretor Administrativo

Leonardo Nery dos Santos
Gestor de Recursos Humanos e FT

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Cassio Carvalho Pinto Vidigal
Diretor Financeiro

Contador - CRC ISP261342/O-2 "S" TO

Plácido Gonçalves Mirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Christiano Chagas Monteiro de Melo
Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investo S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, manifestamos-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras e ao Relatório de Gestão elaborado em vista que as peças retransmitem adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ALLAIN BRASILE BRERAND JÚNIOR
Conselheiro Eletivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO
Conselheiro Eletivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Eletivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Conselheiro Eletivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Eletivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Investo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e outras informações essenciais às principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 6, sendo intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e em forma de nota explicativa sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porquê é um PA

Ações preferenciais resgatáveis (Nota 20.1)
O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais. Dentre elas, as ações preferenciais classes "A", "B" e "C" são resgatáveis até o término do contrato de concessão, ou seja, até 15 de janeiro de 2033. Em razão de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro de outras fontes de caixa, o valor correspondente dessas ações vem sendo classificado nas demonstrações financeiras como um instrumento financeiro de dívida e descontado a valor presente. Focamos nessa área pois o valor é relevante no contexto das demonstrações financeiras da Companhia e uma mudança nas condições ou circunstâncias poderiam trazer ajustes significativos na posição patrimonial e financeira e no desempenho da Companhia.

Outros assuntos
Demonstração de Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrangia o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta este distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A responsabilidade da administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A administração da Companhia pretende liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tem nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que não existiram alterações que pudessem alterar, nesse exercício, a classificação contábil dessas ações nas demonstrações financeiras ou que impactassem as divulgações nas notas explicativas.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulho, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Os procedimentos de auditoria são planejados com base no entendimento da continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dVAV significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas circunstâncias. Embora não tenhamos concluído que a administração não tenha seguido as normas internacionais de relatório financeiro, nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam adequadamente as transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que foi o regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC ZSP00160-0-5 "S" TO

Váldi Renato Coscodati
Contador CRC ISP165875-O-6 "S" TO